DocuSign Envelope ID: 2928D62E-97F9-4DA9-97EE-1CC37C782CB6

TROMBINI

Trombini Embalagens S.A.

CNPJ/MF 11.252.642/0001-02

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Relatório da Administração - Senhores Acionistas: Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submetemos à aprovação de V. Sas. o relatório das atividades, as demonstrações contábeis e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022.

Balanços patrimoniais

Ativo	NE	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	42.272	84.204
Contas a receber de clientes	5	362.945	354.262
Estoques	6	249.181	189.831
Tributos a recuperar	7	28.563	35.754
Outros créditos		14.855	9.425
		697.816	**673.476**
Não circulante			
Tributos a recuperar	7	25.525	18.322
Precatórios	8	18.066	2.535
Bens não utilizados na operação		58.285	-
Partes relacionadas	21	111.173	215.723
		213.049	**236.580**
Investimentos em Controladas	-	-	1.367
Ativo Biológico	9	130.481	-
Imobilizado	10	436.231	329.303
Intangível	11	3.905	3.885
Direito ao uso de terrenos	12a	13.174	20.159
		796.840	**591.294**
Total do ativo		**1.494.656**	**1.264.770**

Passivo e Patrimônio Líquido	NE	2022	2021
Circulante			
Fornecedores	13	122.855	110.310
Empréstimos e financiamentos	14	96.106	57.363
Arrendamentos mercantil	12b	1.821	3.102
Salários, provisões e encargos sociais	15	57.141	47.900
Dividendos e participações	16/22b	60.216	61.953
Tributos a recolher	18	10.553	37.468
Provisão IRPJ e CSLL	18	62.932	24.394
Financiamentos de tributos	17	64.074	47.431
Contas a pagar e outros passivos	19	36.845	31.915
		512.543	**421.836**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	196.363	78.950
Arrendamentos mercantil	14b	11.353	17.057
Financiamentos de tributos	17	307.379	265.597
Tributos a recolher	18	108.674	182.911
Provisão para contingências	20	11.015	20.128
Partes relacionadas	21	67.779	110.095
Contas a pagar e outros passivos	19	11.904	-
		714.467	**674.738**
Patrimônio líquido			
Capital social	22a	74.290	74.290
Reserva de capital		36.783	
Reserva de lucros		156.573	93.906
		267.646	**168.196**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.494.656**	**1.264.770**

Demonstrações do patrimônio líquido	NE	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar	Reserva para Retenção de Lucros	Prejuízo Acumulado	Totais
Lucro líquido do exercício		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**135.624**	**135.624**
Reserva de capital - Sub. Governamentais	29	-	18.391	-	-	-	(18.391)	**-**
Constituição de reserva legal		-	-	5.862	-	-	(5.862)	**-**
Dividendos propostos		-	-	-	-	-	(27.843)	**(27.843)**
Absorção de prejuízo com reservas		-	-	-	-	(13.875)	13.875	**-**
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	-	83.528	(83.528)	**-**
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**74.290**	**18.391**	**5.862**	**-**	**69.653**	**-**	**168.196**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	106.294	**106.294**
Reserva de capital - Sub. Governamentais	29	-	18.392	-	-	-	(18.392)	**-**
Constituição de reserva legal		-	-	1.441	-	-	(1.441)	**-**
Dividendos propostos		-	-	-	-	(6.844)	-	**(6.844)**
Ajuste a valor presente - Ativo Biológico		-	-	-	59.084	-	(59.084)	**-**
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	-	27.377	(27.377)	**-**
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**74.290**	**36.783**	**7.303**	**59.084**	**90.186**	**-**	**267.646**

Demonstrações do resultado	NE	2022	2021
Receita líquida de vendas	23	1.648.291	1.528.490
Custo dos produtos vendidos		(1.115.288)	(1.052.176)
Lucro bruto		**533.003**	**476.314**
Despesas operacionais			
Vendas	24	(212.621)	(163.131)
Gerais e administrativas	25	(138.862)	(151.545)
Resultado de equivalência patrimonial		(35.078)	20
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	151.565	52.807
		(234.996)	**(261.849)**
Lucro antes do resultado operacional financeiro		**298.007**	**214.465**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	27	15.267	10.056
Despesas financeiras	27	(209.119)	(37.801)
Variação cambial, líquida	27	2.139	(1.172)
		(191.713)	**(28.917)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**106.294**	**185.548**
Imposto de renda e contribuição social	28	-	(49.924)
Lucro líquido do exercício		**106.294**	**135.624**
Resultado por lote de mil ações - em R$		**1.431**	**1.826**

Demonstrações do resultado abrangente	2022	2021
Lucro líquido do exercício	**106.294**	**135.624**
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**106.294**	**135.624**

Demonstrações dos fluxos de caixa	Controladora 2022	Controladora 2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**106.294**	**135.624**
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciações e amortizações	29.973	23.338
Equivalência patrimonial	78	(20)
Participação dos administradores	3.202	13.025
Resultado na venda de bens do imobilizado	1.718	15.786
Juros e variação monetária de mútuos ativos e passivos com partes relacionadas	(3.293)	(1.121)
Juros e variação monetária sobre financiamentos	32.271	11.524
Juros e variação monetária sobre outros ativos e passivos	41.367	14.617
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30.437	-
Lucro Ajustado	**242.047**	**212.773**
(Aumento) Redução nos Ativos Operacionais:		
Contas a receber	(9.076)	(76.687)
Adiantamentos concedidos	(6.681)	110
Estoques	(59.350)	(58.093)
Tributos a recuperar	10	(9.727)
Depósitos judiciais	662	33
Outros ativos operacionais	(57.034)	(5.499)
Aumento (Redução) nos Passivos Operacionais:		
Fornecedores	1.754	31.622
Salários, comissões e encargos sociais	8.225	(5.985)
Tributos a recolher	(93.055)	6.980
Tributos e encargos sociais parcelados	35.322	121.733
REFIS	(4.151)	(7.040)
Dividendos e Participações	(11.783)	-
Outros passivos operacionais	5.129	51.624
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**52.019**	**261.844**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Bx Investimento em controladas	1.289	-
Aquisição de precatórios	(15.531)	-
Adições aos intangíveis	(1.165)	(22.346)
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	(178.435)	(171.100)
Ajuste a valor presente - Ativo Biológico	(89.520)	-
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento	**(283.362)**	**(193.446)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Líquido de empréstimos e financiamentos obtidos e liquidados	123.885	8.124
Empréstimos a terceiros		-
Mútuos com partes relacionadas	65.526	(62.972)
Caixa Líquido Gerado Pelas Atividades de Financiamento	**189.411**	**(54.848)**
(Redução)/aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(41.932)**	**13.550**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	84.204	70.654
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	42.272	84.204
(Redução)/aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(41.932)**	**13.550**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

1. Contexto operacional: A Sociedade atua de forma direta em oito unidades operacionais localizadas nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, produzindo e comercializando os seguintes produtos: • Embalagens de papel e papelão ondulado; • Celulose e aparas de papel; • Papel reciclado e virgem. • Produção e comercialização de energia. A atividade operacional é desenvolvida com ativos próprios e com ativos arrendados da empresa associada Sulina Embalagens Ltda. Em assembleia realizada em 24 de junho de 2022 foi aprovada a criação de duas novas filiais, em Canela - RS e Foz do Jordão - PR, as quais iniciaram suas atividades em 01 de dezembro de 2022. Em assembleia realizada em 20 de dezembro de 2022, foi aprovada pelos acionistas a alienação conjunta das sociedades Jaar Embalagens S.A., Trombini Papel e Embalagens S.A. e Jaar Administração e Participação S.A. ao fundo de investimento Kredit Fundo de Investimento em Participações. **2. Resumo das principais práticas contábeis:** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 26 de abril de 2023. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **(b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação. **3. Principais práticas contábeis adotadas:** As demonstrações contábeis estão estruturadas de acordo com as normas contábeis de uso corrente e de conformidade com as disposições vigentes na legislação societária, onde aplicável, apresentando-se de forma comparada com as do exercício anterior, inclusive, de acordo com a Lei nº 11.638/07. As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, levando em conta as seguintes e principais diretrizes: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e a as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Conselho Federal de Contabilidade. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, não existindo restrição em sua utilização e com risco insignificante de mudança de valor. **3.2 Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente: Instrumentos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Ativos financeiros:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Ativos financeiros a custo amortizado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.3 Não circulante:** Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são consideradas como não circulantes. **3.4 Passivo circulante e não circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. **3.5 Benefícios a empregados:** Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência. **3.6 Provisão para contingências:** Os passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. **3.7 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia aufere receita de intermediação através de uma plataforma digital. As receitas são reconhecidas quando cumpridas as obrigações de performance, de acordo com o CPC 47/IFRS 15. A norma CPC 47 (em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018) substituiu todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as normas CPC's. A nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos. De acordo com a CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Companhia espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A Administração da Companhia analisou as suas operações com base no modelo de cinco etapas definido por esta nova norma e não identificou impactos significativos. No caso da venda de produtos, as receitas continuarão sendo reconhecidas quando os produtos são entregues na localidade do cliente, considerado como o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da Companhia com os produtos. **3.8 Tributação:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do Lucro Real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **Imposto corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço, eventuais estimativas recolhidas durante o exercício corrente poderão ser compensadas com futuros impostos a pagar. A taxa de imposto de renda corrente é calculada com base em leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas durante o exercício corrente nos países onde as controladas e associadas da Companhia operam e geram lucro tributável. A Administração avalia periodicamente a legislação, que está sujeita a interpretação e estabelece disposições, se necessário, com base em montantes que deverão ser pagos às autoridades fiscais. Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. **3.9 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **Alteração ao IAS 1 - Apresentação das demonstrações contábeis:** De acordo com o IAS 1 (*Presentation of financial statements*), para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações contábeis, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 (*Classification of liabilities as current or non-current*), cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1° de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta maneira, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1° de janeiro de 2024. **Alteração ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement* 2 - Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "*IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1° de janeiro de 2023. **Alteração ao IAS 8 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro:** A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1° de janeiro de 2023. **Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o lucro:** A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1° de janeiro de 2023. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações contábeis do Grupo. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis do Grupo.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa	28	39
Bancos - Conta Corrente	12.508	35.387
Aplicação Financeira no Brasil	29.736	48.778
Totais	**42.272**	**84.204**

O saldo de aplicações financeiras é composto por títulos de CDB Bancos Banrisul, Bradesco, Safra, Caixa Econômica Federal, Santander, BTG Pactual, Dayco val e títulos de capitalização Banco Banrisul.

5. Contas a receber de clientes

	2022	2021
Mercado Interno	253.454	250.790
Mercado Externo	114.676	111.569
Totais	368.104	362.359
(-) PECLD	(5.185)	(8.097)
Totais	**362.945**	**354.262**

As contas a receber de clientes têm a seguinte composição por idade de vencimento:

	2022	2021
A Vencer	330.254	320.225
Vencidos até 30 dias	15.454	11.625
Vencidos de 31 até 60 dias	4.953	5.436
Vencidos de 61 até 90 dias	1.125	2.491
Vencidos Acima de 91 dias	16.318	22.582
Totais	**368.104**	**362.359**

6. Estoques

	2022	2021
Produtos Acabados	66.670	50.657
Matérias-Primas	61.815	49.422
Peças de Reposição	85.310	67.377
Materiais Secundários	17.706	10.360
Almoxarifado - Outros	17.680	12.015
Totais	**249.181**	**189.831**

A Sociedade vem adotando medidas de identificação para eventual alienação ou ajuste de itens de estoque de Peças de Reposição com pouca utilização no processo operacional. Em 01/12/2022 a sociedade adquiriu os estoques da Companhia Trombini Papel e Embalagens para sua filial Canela/RS.

7. Tributos a recuperar

	2022	2021
ICMS	12.888	11.397
PIS e COFINS	15.237	18.775
IRPJ/CSLL Antecipação	11.000	9.861
IPI	13.283	13.283
Outros	1.680	760
Totais	**54.088**	**54.076**
Ativo Circulante	28.563	35.754
Ativo não Circulante	25.525	18.322

O IRPJ e a CSLL diferidos foram constituídos mediante estudo interno diante da expectativa de realização vinculada à geração de lucros tributáveis futuros. Os saldos de IPI a Recuperar tem principal origem em possíveis créditos futuros que estão sendo discutidos judicialmente. O IRPJ e a CSLL antecipação referem-se a pagamentos realizados por estimativa durante o exercício corrente.

8. Precatórios

	2022	2021
Precatórios Estado do Paraná	15.531	2.535
Precatórios Estado do Rio Grande de Sul	2.535	-
Total	**18.066**	**2.535**

Os precatórios serão utilizados na liquidação de débitos de ICMS, em negociação ou com medidas judiciais em andamento. **9. Ativo Biológico:** Os ativos biológicos da companhia compreendem o cultivo e plantio de florestas de pinus e eucalyptus para matéria prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papéis e venda de toras de madeira para terceiros. Os ativos biológicos da Companhia formam um único grupo denominado florestas, que são mensurados a valor justo conforme laudo da empresa PÖYRY Tecnologia Ltda. O tipo de avaliação utilizado pela empresa PÖYRY Tecnologia Ltda foi o Update Appraisal. O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação das florestas e do ajuste ao valor justo sobre o custo de formação conforme segue:

	2022	2021
Custo de formação dos Ativos biológicos	40.961	-
Ajuste ao valor justo dos Ativos Biológicos	89.520	-
Total	**130.481**	**-**

O Ativo Biológico está localizado no estado de Santa Catarina e soma 3.597,2 hectares em ativos florestais distribuídos em 89 fazendas, sendo 3.254,7 hectares de plantio de Pinus e 342,5 hectares de plantio de Eucalyptus. Deste total, 2.828,6 hectares de plantio florestal são em áreas arrendadas distribuídas entre 82 fazendas. A companhia possui contrato de arrendamento de terras com validade até que o total das florestas plantadas existentes nessas áreas sejam colhidas em um ciclo de até 15 anos. Os passivos de arrendamento estão apresentados na nota 12.

10. Imobilizado

	Controladora 2022	Controladora 2021
Terrenos	5.385	946
Edificações	126.427	47.125
Instalações	14.604	11.625
Máquinas e Equipamentos	322.131	236.242
Equipamentos de Informática	9.195	8.269
Florestas Próprias	2.312	48.028
Móveis e Utensílios	1.918	1.418
Veículos	297	292
Outros	1.047	922
Imobilizado em Andamento	137.289	139.505
Depreciação/Exaustão Acumulada	(184.372)	(165.069)
Totais	**436.231**	**329.303**

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Controladora 2022	Controladora 2021
Saldo inicial em 31/12/2021	**329.303**	**196.485**
Adições/Inclusão ativos:		
Terrenos	4.439	946
Edificações	79.312	2.898
Instalações	2.979	1.565
Máquinas e Equipamentos	86.108	19.288
Equipamentos de Informática	1.060	3.173
Móveis e Utensílios	500	156
Florestas Próprias	-	4.517
Outros	284	87
Imobilizado em Andamento	116.089	133.140
Totais de Adições	**290.771**	**165.770**

	2022	2021
Baixas		
Máquinas e Equipamentos	(219)	(68)
Equipamentos de Informática	(134)	(21)
Veículos	-	-
Outros	(117.492)	(10.367)
Totais de Baixas	**(117.845)**	**(10.456)**
(-) Transferências	(40.961)	-
(-) Depreciações/Exaustões	(25.037)	(22.496)
Saldo no Final do Exercício	**436.231**	**329.303**

As adições contemplam aquisições inerentes ao aprimoramento e modernização do parque fabril das unidades operacionais. Não foram identificados indicadores de possível redução do valor recuperável dos ativos da Sociedade (impairment). A Sociedade possui contratos de arrendamento mercantil de Máquinas e Equipamentos de Informática, com cláusula de opção de compra negociados com taxa de 1,25% a.m. Os compromissos assumidos estão registrados como Empréstimos e Financiamentos no Passivo Circulante e Não Circulante.

11. Intangível

	2022	2021
Direito de Uso de Software	15.248	14.141
Marcas e Patentes	9	9
Contrato Aquisição Estabelecimento	-	-
Amortização Acumulada	(11.352)	(10.265)
Intangível Líquido	**3.905**	**3.885**

12. Direito de Uso de Ativos e Passivos de Arrendamentos: A partir de 1º de janeiro de 2021, a Companhia aplicou a NBC TG 06 (R3) / CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, que não exige a apresentação comparativa de períodos anteriores. Na adoção inicial, os passivos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental (taxa nominal) sobre os empréstimos da Companhia para o imóvel a taxa de 12,39% a.a. e os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento a valor presente. A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento, aplicando os critérios de direito de controle e obtenção de benefícios do ativo identificável, prazo de contrat